

DISCURSO DA MORAL ADMINISTRATIVA: EFEITOS DE VERDADE E SUBJETIVAÇÃO NO RELATO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Thiago Barbosa Soares¹

RESUMO

Este artigo propõe uma análise discursiva da matéria jornalística “Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dheine Caminski”, publicada em 28 de julho de 2025 no portal R1 Palmas. A investigação insere-se no campo da Análise do Discurso em sua vertente arqueogenealógica, mobilizando os operadores teórico-metodológicos de unidade de discurso, objetivação e governamentalidade para compreender as relações de saber-poder que estruturam o enunciado. A partir do exame da materialidade discursiva, evidencia-se o tensionamento entre duas formações discursivas principais: uma, de caráter disciplinar-gerencial, sustentada pela racionalidade normativa da gestão pública; outra, de cunho ético-resistencial, fundamentada na linguagem da denúncia, da indignação e da vitimização dos servidores. Identificam-se processos de objetivação que constituem tanto a gestora como figura autoritária e repressiva, quanto os trabalhadores como sujeitos moralmente sacrificados e politicamente desautorizados. No campo da governamentalidade, observa-se a coexistência de duas formas de condução de condutas: uma centrada na vigilância institucional, e outra que atua por meio da exposição pública e do apelo moral. Conclui-se que o discurso jornalístico em questão opera como dispositivo de visibilidade e regulação simbólica, ao mesmo tempo em que participa da constituição de subjetividades e da redefinição das fronteiras entre autoridade e resistência. A análise revela, assim,

¹Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista de produtividade do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

que o discurso da moral administrativa está atravessado por disputas ético-políticas que atualizam as formas pelas quais o Estado é narrado, criticado e reinscrito socialmente.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Assédio Moral; Governamentalidade; Saber-poder; Gestão Pública.

*ADMINISTRATIVE MORALITY DISCOURSE: EFFECTS OF TRUTH AND
SUBJECTIVATION IN THE ACCOUNTS OF PUBLIC SERVANTS*

ABSTRACT

This article offers a discourse analysis of the news report entitled “*Servants denounce moral harassment by the Secretary of Health of Palmas, Dhieine Caminski*”, published on July 28, 2025, by the portal R1 Palmas. The investigation is grounded in the field of Discourse Analysis with an archeogenealogical orientation, employing the conceptual operators of discourse unit, objectivation, and governmentality to understand the power-knowledge relations invested in the enunciative fabric of the text. From the examination of discursive materiality, a tension emerges between two main formations: one, of a managerial-disciplinary nature, grounded in normative rationality; the other, ethical-resistive, based on denunciation, indignation, and the moral victimization of workers. Processes of objectivation are identified that construct the manager as an authoritarian figure, while the public servants are positioned as morally sacrificed and politically delegitimized subjects. In terms of governmentality, two forms of conduct regulation are observed: one institutional and vigilant; the other operating through public exposure and moral appeal. The journalistic discourse thus acts as both a device of visibility and symbolic regulation, and as a producer of subject positions and social tensions. The analysis reveals that administrative morality is crossed by ethical-political disputes that redefine how the State is narrated, challenged, and socially reinscribed.

Keywords: Discourse Analysis; Moral Harassment; Governmentality; Power-Knowledge; Public Management.

*DISCURSO DE MORALIDAD ADMINISTRATIVA: EFECTOS DE LA VERDAD Y LA
SUBJETIVACIÓN EN LOS RELATONES DE LOS SERVIDORES PÚBLICOS*

RESUMEN

Este artículo propone un análisis discursivo de la noticia titulada “*Servidores denuncian acoso moral por parte de la secretaria de Salud de Palmas, Dhieine Caminski*”, publicada el 28 de julio de 2025 en el portal R1 Palmas. La investigación se sitúa en el campo del Análisis del Discurso con orientación arqueogenealógica,



movilizando los operadores conceptuales de unidad de discurso, objetivación y gubernamentalidad para comprender las relaciones de saber-poder que configuran el enunciado. A partir del examen de la materialidad discursiva, se observa una tensión entre dos formaciones principales: una de carácter gerencial-disciplinario, basada en la racionalidad normativa; y otra de orden ético-resistencial, sustentada en el lenguaje de la denuncia, la indignación y la victimización moral de los trabajadores. Se identifican procesos de objetivación que construyen a la gestora como figura autoritaria y a los servidores públicos como sujetos desautorizados y moralmente sacrificados. En el ámbito de la gubernamentalidad, se reconocen dos formas de regulación de conductas: una centrada en la vigilancia institucional, y otra que actúa mediante la exposición pública y el recurso a la moral. El discurso periodístico se configura, así, como dispositivo de visibilidad y regulación simbólica, al tiempo que participa en la producción de subjetividades y en la redefinición de las fronteras entre autoridad y resistencia. El análisis evidencia que la moral administrativa está atravesada por disputas ético-políticas que reconfiguran la manera en que el Estado es narrado, cuestionado y reinscrito socialmente.

Palabras clave: Análisis del Discurso; Acoso Moral; Gubernamentalidad; Saber-poder; Gestión Pública.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O discurso jornalístico configura-se como uma das principais instâncias de circulação e legitimação de saberes sobre a gestão pública e seus agentes, funcionando como operador simbólico na construção de imagens, valorações e efeitos de verdade que atravessam o espaço social. Em contextos marcados por tensões institucionais, denúncias e conflitos entre servidores e gestores, como no caso da matéria veiculada pelo portal *R1 Palmas*, sob o título “Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski”, a linguagem midiática não apenas informa ou denuncia, mas estrutura uma cena discursiva em que sujeitos, práticas e poderes são enunciados, autorizados ou desautorizados, produzindo efeitos que ultrapassam o campo da comunicação para se inscreverem nas malhas da governabilidade.

A referida reportagem, ao noticiar uma suposta postura autoritária da secretária de Saúde diante de servidores municipais, evidencia um conjunto de mecanismos normativos, afetivos e simbólicos que operam na organização das



relações de poder no interior do Estado. Tais mecanismos são veiculados por meio de estratégias discursivas que constroem sentidos sobre autoridade, disciplina, vigilância e moralidade funcional, compondo uma tessitura de significados que demandam exame crítico para além da superfície textual. Nesse cenário, torna-se pertinente interrogar: quais saberes e valores são acionados para configurar a imagem de um Estado gestor vigilante? Como a denúncia pública participa da constituição de subjetividades e da legitimação, ou deslegitimação, de práticas administrativas?

A análise do discurso, sobretudo em sua vertente arqueogenealógica, oferece ferramentas potentes para perscrutar tais questões, na medida em que permite identificar as condições históricas e epistêmicas de emergência dos enunciados, bem como os dispositivos que regulam sua circulação e seus efeitos. Mais do que tomar o discurso como reflexo de uma realidade dada, o presente estudo compreende-o como prática social e política, inscrita em relações de saber-poder que conformam a inteligibilidade do mundo social, especialmente no campo da gestão pública e das burocracias estatais.

Nesse direcionamento, a denúncia de assédio moral não é aqui tratada como fato isolado, mas como enunciado atravessado por disputas de autoridade, regimes de visibilidade e expectativas normativas em torno do funcionamento do Estado. O gesto analítico, portanto, desloca o olhar da factualidade para a discursividade, atentando para os modos como o texto jornalístico estrutura um campo de problematização das práticas administrativas, em que os sujeitos são posicionados por forças heterogêneas de significação.

Em vista do que foi apresentado acerca do desempenho do Estado a partir de uma parcela estreita de seu funcionamento descritivo, este artigo possui o objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria mencionada. Para tanto, mobiliza-se o reconhecido método arqueogenealógico da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais. Para melhor organizar a estrutura textual-argumentativa deste estudo, foram criadas a seguir



duas seções, marcadas em negrito: **Considerações teórico-metodológicas**, na qual se abordam as unidades de discurso, a objetivação e a governamentalidade; e **Análise: arqueogenealogia do discurso da moral administrativa**, seção em que os referidos operadores são acionados no processo de descrição e interpretação das relações de poder-saber na notícia sob exame. Por fim, nas **Considerações finais** são apresentadas as possíveis contribuições resultantes do percurso investigativo aqui empreendido.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este artigo tem como finalidade compreender as relações de saber-poder investidas na matéria jornalística “Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski”, publicada em 28 de julho de 2025 no portal *R1 Palmas*. Para isso, adota-se o método arqueogenealógico da Análise do Discurso, cujos fundamentos permitem não apenas a leitura de enunciados como produtos linguísticos, mas como práticas atravessadas por racionalidades políticas, condições históricas e mecanismos de controle que incidem sobre os sujeitos e suas formas de existir no coletivo. Essa abordagem sustenta-se na compreensão de que o discurso constitui-se como campo de forças, no qual os sentidos não estão dados, mas operam sob disputas e regularidades que o método se propõe a examinar.

Entende-se o discurso, nessa orientação, como um conjunto de práticas discursivas historicamente situadas, atravessadas por regimes de saber e relações de poder, que conformam modos de dizer, interditam outros e instituem verdades possíveis. Como indica Foucault (2009), o discurso não é uma simples representação do real, mas um acontecimento que atua sobre ele, articulando efeitos de verdade e de subjetivação. Ainda segundo o autor, não se trata de buscar um núcleo essencial nos enunciados, mas de compreender as condições que os tornam possíveis e os efeitos que produzem no campo social (Foucault, 2012). Assim, este estudo parte do princípio de que as denúncias públicas não apenas



veiculam informações, mas participam da configuração de dispositivos de visibilidade, moralidade e normatização que dizem tanto sobre os sujeitos envolvidos quanto sobre as instituições que os sustentam.

Para conduzir a análise, mobilizam-se três operadores conceituais centrais: *unidade de discurso*, *objetivação* e *governamentalidade*. O primeiro refere-se aos feixes de regularidade discursiva que, embora não sejam estruturas fixas, orientam a organização do sentido e posicionam os sujeitos em determinados lugares de fala e de valor. Conforme Soares (2019), as unidades de discurso são constitutivamente instáveis e relacionais, emergindo na materialidade dos enunciados como marcas de pertinência temática, ideológica e estratégica. Ao identificar essas unidades, é possível compreender como o texto jornalístico institui modos de nomeação e caracterização de práticas, como “monitoramento”, “autoritarismo” ou “indignação”, articulando redes de significação que ultrapassam a dimensão da linguagem descritiva.

A segunda noção operatória, a *objetivação*, permite apreender como certos indivíduos ou grupos são transformados em objetos de saber, controle ou avaliação, sendo classificados, expostos e julgados segundo critérios normativos. Foucault (2004) define a objetivação como um processo mediante o qual o sujeito torna-se alvo de saberes especializados e de dispositivos de normalização. Nesse sentido, a secretária de Saúde, os servidores municipais e a própria instituição pública não são apenas mencionados no texto — eles são moldados discursivamente por uma rede de práticas de visibilidade que os constitui como objetos de desconfiança, indignação ou repressão. Como afirmam Dreyfus e Rabinow (1995), trata-se da produção do indivíduo como efeito do entrecruzamento entre saberes e poderes, ou seja, como figura que emerge na interseção entre o que se diz e o que se regula.

A terceira categoria analítica é a *governamentalidade*, entendida como o conjunto de racionalidades que conduzem condutas por meio da regulação indireta, da normatização difusa e do controle das populações. Conforme Foucault (2008), governar é conduzir condutas, e isso se realiza por meio de técnicas que não



apenas impõem regras, mas modelam expectativas, hábitos e crenças. No caso da matéria jornalística em questão, a governamentalidade manifesta-se no modo como se institui uma ideia de transparência administrativa sustentada por práticas de vigilância e controle do corpo funcional, ao mesmo tempo em que se denuncia seu excesso, configurando o paradoxo de um Estado simultaneamente zelador e opressor. Como categoria de análise, a governamentalidade permite, portanto, observar as tecnologias de gestão das condutas que se insinuem nas entrelinhas do discurso e que informam as relações entre sujeito, norma e poder.

Ao acionar essas três ferramentas, unidades de discurso, objetivação e governamentalidade, pretende-se compreender como o texto jornalístico organiza uma racionalidade administrativa pautada por uma moral da presença, da autoridade e da ordem, tensionada por um discurso de resistência institucional que invoca dignidade, reconhecimento e respeito aos servidores públicos. O discurso da denúncia, nesse contexto, não é apenas o relato de um conflito, mas a emergência de um campo de disputas simbólicas, cuja análise, sob orientação arqueogenealógica, permite revelar os dispositivos pelos quais o Estado fala, age e se representa, tanto em sua dimensão coercitiva quanto em sua faceta normativa.

ANÁLISE: ARQUEOGENEALOGIA DO DISCURSO DA MORAL ADMINISTRATIVA

Nesta seção, empreende-se, no objeto de análise das relações de saber-poder, a aplicação do referencial metodológico exposto precedentemente. Para o alcance da propositura desenhada para esta investigação sem muitos percalços, convém a explicitação de um hiato propositalmente fabricado, qual seja, a ausência do dispositivo como operador arqueogenealógico, em função de precisamente esse já ter sido amplamente examinado em outras pesquisas. Entretanto, não se pode, aqui, furtar a alguns apontamentos acerca desse dispositivo midiático virtual, uma vez que seu direcionamento predominante influencia sua produção comunicacional. Nesse direcionamento, importa



destacar que o veículo no qual se encontra o enunciado “Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski”, o portal *R1 Palmas*, publicado em 28 de julho de 2025, apresenta-se como um espaço com foco informativo e institucional, fortemente alinhado à divulgação das ações de autoridades municipais e estaduais. Sua linha editorial reforça narrativas de governança e desenvolvimento, com cobertura regular de políticas públicas, sem adotar um viés claramente oposicionista ou crítico sistêmico. Tal perfil o posiciona como veículo de comunicação local com forte ligação aos poderes públicos, embora com linguagem mais informativa do que opinativa (R1 Palmas, 2025). Todavia, é a parti da materialidade da notícia e de seus efeitos discursivos que se pode, não apenas constatar seu posicionamento, compreender as relações de saber-poder compreendidas em seu campo de atuação. Para tanto, tem-se abaixo a matéria em sua integralidade.

Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski

Ela é acusada de adotar postura autoritária ao monitorar entrada de funcionários e restringir acesso ao prédio da SEMUS, gerando clima de perseguição e indignação entre os trabalhadores da saúde.

Servidores da Secretaria Municipal de Saúde de Palmas (SEMUS) enviaram denúncia anônima ao R1 Palmas, acerca do tratamento dispensado pela secretária Dhieine Caminski aos servidores, após publicação de um ofício circular na semana passada.

OFÍCIO CIRCULAR

No dia 22 de julho, portanto terça-feira da semana passada, a secretária publicou o Ofício Circular nº 114, em que normatiza e comunica aos servidores do edifício da sede administrativa, o horário de funcionamento daquele estabelecimento.

No documento, é informado que o horário de expediente inicia às 07h e encerra às 19h. Adicionalmente, o ofício informa que será admitida uma “tolerância máxima de 20 (vinte) minutos”, onde as portas daquela secretaria serão abertas às 06h 40 e “fechadas impreterivelmente às



19h20". Ressalta ainda que a permanência nas dependências da secretaria após horário de fechamento (19h20), bem como finais de semana e feriados, estará condicionada a prévia autorização do superintendente responsável, a qual deverá ser submetida à anuência do Gabinete da Secretária.

RELATO DE FATO OCORRIDO NO DIA SEGUINTE

Segundo relatado na denúncia anônima, no dia seguinte (23) à publicação do ofício, Dhieine Caminski chegou antes das 06h 40 e permaneceu na porta monitorando o “cumprimento da ordem” e a entrada de todos os servidores na SEMUS.

ASSÉDIO MORAL

Para os denunciantes, a ação da secretária se demonstra comprovadamente “autoritária”, reforçando “um clima de perseguição e retrocesso na gestão da saúde pública”, gerando “profunda indignação entre os trabalhadores da saúde, pois estão sendo tratados sem respeito e desconfiança”.

A denúncia anônima segue dizendo:

“Em um contexto em que faltam investimentos, diálogo e reconhecimento, medidas como essa escancaram o descaso com os profissionais que sustentam a saúde municipal com esforço, dedicação e, muitas vezes, sacrifício pessoal. Infelizmente, atitudes como essa consolidam o sentimento de retrocesso e frustração com a administração do prefeito Eduardo Siqueira Campos, que, ao contrário do que prometeu, pois, sua secretária nada fez nesses 7 meses, a não ser implementado práticas de gestão que desrespeitam e desmotivam os trabalhadores. Esperava-se diálogo, valorização e compromisso com uma saúde pública eficiente. Recebe-se, em troca, portarias e ofícios frios, que não reconhecem a entrega diária dos servidores. A população de Palmas precisa saber que não é com esse tipo de medida que se melhora a saúde. Não é fechando portas, nem cerceando o trabalho de quem faz a máquina pública girar que se constroem soluções para os verdadeiros problemas da área... Palmas precisa de soluções, não de perseguição”.



CONFIGURAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL

O assédio moral no ambiente de trabalho, conforme o Ministério Público do Trabalho (MPT), “*é a exposição de trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada e no exercício de suas funções*”.

Em ambiente público, pode ser ainda mais grave, pois fere princípios da administração como impessoalidade, moralidade e razoabilidade (CF, art. 37).

A ação da secretária em ficar na porta do órgão, impedindo entrada antes do horário previsto (06h40), monitorando quem chegou e a que horas, pode ser configurado como vigilância excessiva com intuito punitivo, constrangimento ilegal individual e coletivo e falta de razoabilidade administrativa.

O R1 Palmas solicitou posicionamento da SEMUS e da Prefeitura de Palmas, mas até o momento da edição e publicação da matéria, não foi enviado (*R1 Palmas*, 2025).

A matéria organiza-se a partir de duas unidades de discurso principais, que se tensionam ao longo do enunciado: uma disciplinar-gerencial, associada à figura da secretária de Saúde e ao conteúdo normativo do ofício circular, e outra ético-resistencial, encarnada na voz coletiva dos servidores denunciantes. A primeira unidade estrutura-se em torno de uma racionalidade de controle institucional: termos como “tolerância máxima”, “fechamento impreterível”, “autorização prévia” e “monitoramento da entrada” evocam um léxico da ordem, do cumprimento estrito de normas e da gestão do tempo e do espaço funcional. Essa discursividade se ancora em dispositivos de organização da conduta dos corpos (o acesso ao prédio, os horários, a vigilância sobre deslocamentos) e configura a secretária como uma autoridade normativa, investida da legitimidade para regulamentar o funcionamento da instituição. Nessa perspectiva, a linguagem administrativa do ofício, em tom técnico e impessoal, atualiza uma lógica burocrática



que busca ordenar fluxos, impedir excessos e instituir previsibilidade, em nome da “eficiência”.

Em contraponto, a segunda unidade de discurso instala-se no terreno da crítica moral e política. O enunciado dos servidores rompe com o tom tecnocrático da normativa e ativa o vocabulário da resistência simbólica: “postura autoritária”, “clima de perseguição”, “profunda indignação”, “descaso”, “sacrifício pessoal”, “retrocesso”. Essa discursividade produz uma contra-narrativa, na qual os trabalhadores se apresentam como sujeitos sacrificados, desrespeitados e desvalorizados. Aqui, a lógica da resistência se manifesta como denúncia de práticas institucionais que violariam expectativas de reconhecimento, diálogo e justiça funcional, invocando, portanto, princípios ético-afetivos da relação entre servidor e Estado.

A objetivação, enquanto processo de constituição de sujeitos por meio do discurso, aparece de forma contundente na forma como a secretária e os servidores são representados. A matéria constrói a figura da gestora como objeto de uma crítica pública que a recobre com os signos da vigilância excessiva, do autoritarismo e da insensibilidade funcional. A secretária não é descrita apenas como uma figura que atua; ela é constituída discursivamente como encarnação de uma racionalidade que reprime, vigia e não escuta.

Essa objetivação se ancora na performance do “monitoramento da porta”, uma imagem que atravessa o texto e se fixa como ícone do abuso de autoridade: “permaneceu na porta monitorando o cumprimento da ordem”. A cena, além de descritiva, é altamente simbólica, pois reposiciona a autoridade estatal como presença corporal controladora, que fiscaliza individualmente os corpos que acessam a instituição, gesto que remete a práticas disciplinares típicas do que Foucault (2014) descreve como “micropoderes” de controle e adestramento.

Por outro lado, os servidores também são objetivados, mas sob um registro oposto: são representados como sujeitos desprovidos de poder, emocionalmente afetados, e moralmente elevados. Ao dizerem-se “profundamente indignados”,



“tratados sem respeito”, “sacrificados”, e ao afirmarem que a máquina pública “gira” graças ao seu esforço invisibilizado, constroem para si uma posição de vítimas éticas de uma estrutura opressiva. São enunciados como corpos-máquina invisibilizados, cuja dignidade teria sido corrompida pela racionalidade impessoal de gestão.

Esse processo de objetivação dupla, a culpabilização da gestora e a vitimização dos trabalhadores, constrói uma narrativa binária de enfrentamento moral, onde os sentidos da legitimidade se deslocam da autoridade formal para os afetos da coletividade.

A noção de governamentalidade, entendida como o conjunto de racionalidades que regulam condutas de forma indireta e difusa, é central para a compreensão dos efeitos discursivos desse enunciado. A governamentalidade presente na matéria é ambígua: de um lado, ela aparece explicitamente nas medidas adotadas pela secretaria, que tenta conduzir as ações dos servidores por meio da normatização rígida dos horários e da presença física da autoridade; de outro, manifesta-se também no próprio gesto da denúncia pública, que busca reverter essa lógica disciplinar através da exposição midiática.

A governamentalidade institucional assume a forma de uma racionalidade vigilante, na qual a gestão do tempo, do espaço e do corpo funcional é regulada por portarias, ofícios e presenças físicas ostensivas. Trata-se de uma forma de conduzir condutas que opera pela previsibilidade, pelo controle e pela supressão da espontaneidade laboral. Esse modelo encontra ressonância no que Foucault (2008) nomeia como "governo da população", em que os indivíduos não são apenas administrados, mas moldados por dispositivos normativos que afetam sua percepção de si e de suas funções.

Por outro lado, a denúncia anônima publicada no portal *R1 Palmas* também participa de uma racionalidade governamental, pois atua sobre o poder por meio da visibilização pública de um conflito funcional. O gesto de tornar pública a indignação opera como forma de regular as condutas da autoridade, não pela hierarquia, mas



pela exposição pública e pela criação de pressão social. O discurso da denúncia se configura, assim, como uma estratégia de regulação reversa, ou seja, um modo de governar quem governa, por meio da retórica da indignação moral, da vitimização e da acusação pública.

Esse embate entre duas formas de governamentalidade, uma normativa e outra acusatória, revela um campo de tensões em que o discurso opera como força organizadora de condutas, afetos e expectativas institucionais. A denúncia pública torna-se, portanto, uma ferramenta discursiva de resistência à racionalidade disciplinar, ao mesmo tempo em que produz novas formas de subjetivação e de reconfiguração das hierarquias simbólicas da gestão.

Ao articular as unidades de discurso identificadas — a disciplinar-gerencial, que se ancora em uma lógica normativa de vigilância, e a ético-resistencial, que mobiliza os afetos como operadores de sentido —, o texto jornalístico evidencia sua potência enquanto instância de produção de verdades sociais e reposicionamento subjetivo. Esses feixes discursivos não operam de forma estanque, mas se entrelaçam e se enfrentam, organizando os sentidos possíveis da autoridade e da resistência no espaço público. A unidade disciplinar organiza os sujeitos a partir de um regime técnico-burocrático, enquanto a unidade resistencial os posiciona por meio da linguagem da indignação e do reconhecimento ético.

Nesse jogo discursivo, a governamentalidade não aparece apenas como uma técnica de condução dos comportamentos pela via da norma institucional, mas também como um campo de disputa simbólica em que se redefinem as possibilidades de ação, os critérios de legitimidade e os modos de existir no interior do Estado. A racionalidade técnica da gestão e a racionalidade afetiva da denúncia se enfrentam, delineando um campo de governamentalidade heterogêneo e instável, em que o discurso não apenas descreve, mas incide diretamente sobre as práticas, os sujeitos e as formas de autoridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A análise discursiva da matéria publicada pelo portal *R1 Palmas*, a partir dos operadores arqueogenealógicos unidade de discurso, objetivação e governamentalidade, permitiu compreender que o texto jornalístico não apenas relata um suposto caso de assédio moral, mas organiza um campo de significações marcado por disputas simbólicas entre diferentes racionalidades de governo e modos de subjetivação. A partir do tensionamento entre dois eixos discursivos, um disciplinar-gerencial e outro ético-resistencial, o enunciado constrói uma narrativa em que práticas administrativas de controle, ostensivamente justificadas por normas institucionais, são ressemantizadas como atos de abuso, autoritarismo e repressão simbólica.

Foram identificadas duas unidades de discurso principais: uma que sustenta a gestão como espaço de normatização técnica e vigilância disciplinar; outra que reivindica o reconhecimento moral e institucional dos trabalhadores por meio da linguagem da indignação, do sacrifício e do desrespeito institucional. Essas unidades de discurso ativam processos distintos de objetivação: de um lado, a figura da secretária é moldada como símbolo da opressão administrativa; de outro, os servidores são constituídos como sujeitos vulnerabilizados, posicionados em um lugar discursivo de vitimização e resistência ética.

No plano da governamentalidade, a análise revelou a coexistência e o embate entre duas formas de condução de condutas: a governamentalidade estatal, centrada na normatização e na vigilância dos corpos funcionais; e a governamentalidade da denúncia, que atua como dispositivo contra-hegemônico por meio da exposição midiática da autoridade, regulando-a simbolicamente. Ambas operam estratégias de controle, mas por vias distintas: uma pela imposição normativa, outra pela mobilização da opinião pública.

Desse modo, as relações de saber-poder investidas na matéria jornalística revelam o entrelaçamento de discursos que não apenas informam sobre o funcionamento do Estado, mas participam ativamente da constituição das figuras que nele operam, ora autorizando, ora desautorizando, ora legitimando, ora



acusando. O discurso jornalístico, nesse caso, mostra-se não como espelho neutro de um fato, mas como artefato produtivo de sujeitos, racionalidades e conflitos, contribuindo para a formação de um campo de visibilidade no qual se atualizam as tensões entre o exercício da autoridade pública e a demanda por reconhecimento social.

Nesse sentido, a denúncia torna-se um operador de resistência e regulação simbólica, instituindo uma contragovernamentalidade discursiva que desloca o eixo da normatividade institucional para o da responsabilização pública e da ética funcional. O texto jornalístico, ao ativar esse jogo de forças, revela sua condição de dispositivo (Foucault, 2004), isto é, uma articulação estratégica entre saberes, poderes e subjetividades, cuja operação não se limita à descrição dos fatos, mas à produção de efeitos de verdade e à reinscrição dos papéis sociais no interior da esfera pública. Tal constatação confirma a assertiva de Foucault (2012) de que o discurso é, simultaneamente, condição e produto de relações de poder, e que sua análise deve buscar não o que ele representa, mas o que ele faz circular como verdadeiro, legítimo e governável.

REFERÊNCIAS

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.



FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Sexualidade e poder*. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. Tradução: Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 56-76.

R1 PALMAS. Servidores denunciam assédio moral por parte da secretária de Saúde de Palmas, Dhieine Caminski. Palmas, TO: *R1 Palmas*, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://r1palmas.com.br/noticia/1306/servidores-denunciam-assedio-moral-por-parte-da-secretaria-de-saude-de-palmas-dhieine-caminski>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SOARES, Thiago Barbosa. Sentido da voz: uma análise das unidades do discurso presentes no campo da oratória. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 6, n. 8, p. 269-280, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/929>. Acesso em: 21 jul. 2025.

